4 — É criada a equipa executiva local de Peso da Régua do projecto «Velhos guetos, novas centralidades», na dependência da comissão executiva, designada por equipa executiva local de Alagoas.

5 — A equipa executiva local de Alagoas tem por missão, na respectiva zona de intervenção:

- a) Desenvolver e propor um plano de acção detalhado, que inclua as actividades previstas, a sua calendarização e respectivas responsabilidades de execução, baseado nas linhas de orientação do plano de monitorização;
- b) Conduzir, diariamente, o desenvolvimento e orientação do projecto;
- c) Gerir e supervisionar a acção dos diferentes parceiros locais;
- d) Proceder ao lançamento dos concursos públicos de projectos;
- e) Comunicar a evolução do projecto à respectiva comissão executiva;
- f) Gerir as operações administrativas e financeiras do projecto.

6 — É nomeado gestor da equipa executiva local de Alagoas o licenciado Fernando de Moraes Soares Freitas Seara Sampaio, equiparado, para efeitos remuneratórios, a cargo de direcção intermédia de 2.º grau, incluindo as despesas de representação.

7 — A equipa executiva local de Alagoas é constituída, para além do gestor, por:

- a) Até cinco técnicos superiores;
- b) Até três elementos, que prestam apoio técnico e administrativo.

8 — O exercício de funções a exercer nos termos do número anterior pode fazer-se nos seguintes regimes:

- a) Comissão de serviço, destacamento ou requisição, para os casos de vínculo à função pública, a institutos públicos, a empresas públicas ou a outros organismos do sector público;
- b) Requisição a entidades do sector privado;
- c) Contrato de trabalho a termo, de acordo com a lei geral do trabalho.

9 — O orçamento global para o funcionamento da equipa executiva local de Alagoas, no período de 2004-2006, é de € 700 000.

10 — A remuneração do gestor e os encargos decorrentes do funcionamento da equipa executiva local de Alagoas serão suportados por dotação específica inscrita no orçamento do Instituto Nacional de Habitação.

11 — O mandato do gestor da equipa executiva local de Alagoas inicia-se a partir da data da assinatura do presente despacho e cessará a 31 de Dezembro de 2006, sem prejuízo de o mesmo poder ser prorrogado por despacho do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, devidamente fundamentado.

29 de Outubro de 2004. — Pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública, *Manuel Ferreira Teixeira*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, *José Luís Fazenda Arnaut Duarte*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 14/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são aprovados os programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3 e de técnico de informática-adjunto, da carreira de técnico de informática, dos quadros de pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação, constantes do anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

6 de Dezembro de 2004. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Aprovação de programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3 e de técnico de informática-adjunto, da carreira de técnico de informática, dos quadros de pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação.

1 — Especialista de informática:

- Os desafios da sociedade de informação;
- Arquitectura de sistemas de informação;

- Auditoria e qualidade dos sistemas de informação;
- Boas práticas na construção de *web sites* da administração directa e indirecta do Estado;
- Gestão e administração de sistemas, bases de dados e redes de comunicações;
- Planeamento e gestão de projectos informáticos;
- Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação.

2 — Técnico de informática dos graus 1, 2 e 3:

- Os desafios da sociedade de informação;
- Arquitectura e topologia de redes;
- Arquitectura, funcionamento e operação de computadores;
- Sistemas operativos — instalação e configuração;
- Sistemas de gestão de bases de dados;
- Linguagens e metodologias de programação;
- Desenvolvimento de *sites*;
- Boas práticas na construção de *web sites* da administração directa e indirecta do Estado;
- Administração de sistemas, bases de dados e redes de comunicações;
- Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
- Configuração de postos de trabalho e apoio ao utilizador;
- Colocação em serviço de equipamentos periféricos;
- Ferramentas de produtividade pessoal e de colaboração.

3 — Técnico de informática-adjunto:

- Os desafios da sociedade de informação;
- Arquitectura e topologia de redes;
- Arquitectura, funcionamento e operação de computadores;
- Sistemas operativos — instalação e configuração;
- Linguagens e metodologias de programação;
- Desenvolvimento de *sites*;
- Boas práticas na construção de *web sites* da administração directa e indirecta do Estado;
- Administração de sistemas e redes de comunicações de dados;
- Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
- Configuração de postos de trabalho e apoio ao utilizador;
- Colocação em serviço de equipamentos periféricos;
- Ferramentas de produtividade pessoal e de colaboração.

A pormenorização e delimitação dos temas constarão do respectivo aviso de abertura do concurso.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 15/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 20 819/2004 (2.ª série), de 20 de Setembro, da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 9 de Outubro de 2004, são aprovados os programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso nas carreiras de técnico superior e de consultor jurídico do quadro de pessoal da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto, constantes do anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

16 de Dezembro de 2004. — O Reitor, *J. Novais Barbosa*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso nas carreiras de técnico superior e de consultor jurídico, do quadro de pessoal da reitoria e serviços centrais da Universidade do Porto.

- Contencioso administrativo.
- Contrato administrativo.
- Arbitragem.
- Direito do urbanismo e ambiente e ordenamento.
- Código do Trabalho e implicações na Administração Pública.
- Legislação universitária:

- Lei de bases;
- Autonomia;
- Estatutos da Carreira Docente e de Investigação.